



Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN
1983-2850

SÃO LUÍS-MA | VOLUME 19 | NÚMERO 55 | JANEIRO-ABRIL 2026

ARTIGOS LIVRES

 <https://doi.org/10.18764/1983-2850v19n55e27327>

Conversas com Michel Gherman sobre antissemitismo, a comunidade judaica e o bolsonarismo: “é preciso refundar os estudos judaicos no Brasil”

Sergio Schargel

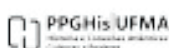
Doutor em Comunicação. Pesquisador de Pós-Doutorado
PAPD Letras UERJ.

 <http://lattes.cnpq.br/0215890727285473>

 <https://orcid.org/0000-0001-5392-693X>

 sergioschargel_maia@hotmail.com

RECEBIDO | 6 ago. 2025 – APROVADO | 10 abr. 2026



Introdução

Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e coordenador do Núcleo de Estudos Judaicos (NIEJ) da UFRJ, Michel Gherman tem se consolidado como uma das principais vozes na análise das relações entre judaísmo, identidade e extrema direita no Brasil.

Nesta conversa, realizada pessoalmente em janeiro de 2023 na UFRJ como desdobramento da pesquisa de doutorado *Os judeus brasileiros e o bolsonarismo* (Ciência Política, UFF, 2025), Gherman reflete sobre seu percurso intelectual e os resultados recentes de suas pesquisas, especialmente no que diz respeito à ascensão do bolsonarismo e à instrumentalização de um “judeu imaginário” na gramática política da extrema direita brasileira. A partir de uma perspectiva comparativa, ele discute como essa apropriação simbólica de Israel e da identidade judaica, longe de constituir uma singularidade nacional, insere-se em um fenômeno mais amplo de apropriações reacionárias do judaísmo em contextos autoritários. Contudo, como ele mesmo argumenta, o caso brasileiro apresenta especificidades importantes, notadamente a adesão significativa de alguns setores da comunidade judaica institucional ao projeto bolsonarista.

A entrevista ganha especial relevância para os estudos das religiões no Brasil ao problematizar a forma como tradições religiosas (neste caso, o judaísmo) podem ser colonizadas ideologicamente por projetos políticos autoritários, reconfigurando tanto a percepção externa dessas comunidades quanto suas dinâmicas internas.

Antes de tudo, você poderia se apresentar? Falar um pouco sobre você, quem é o Michel Gherman, sua trajetória, sua carreira, sobre o que é a sua pesquisa? Você acabou de lançar um livro, certo? Sobre o que ele é? Está para lançar algum livro novo?

Eu sou Michel Gherman, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em História Social da mesma universidade. Sou pesquisador do Centro de Estudos de Antissemitismo Vidal Sassoon da Universidade Hebraica de Jerusalém e coordeno o Núcleo de Estudos Judaicos (NIEJ) da UFRJ. Fiz minha graduação também na UFRJ; o mestrado, e comecei o doutorado na Universidade Hebraica de Jerusalém; e depois vim fazer o doutorado em História na UFRJ.

Ultimamente, dentro do NIEJ, com o apoio de outras entidades, como a Open Society Foundations, temos discutido a importância do judeu imaginário na gramática política da extrema direita no Brasil, principalmente a partir da ascensão do governo Jair Bolsonaro — ou, ao menos, a partir dos processos que levaram à ascensão do governo Bolsonaro. Nossa referência é 2014 como um primeiro momento do pensamento da nova extrema direita e do judeu imaginário e de um novo elemento. Temos feito essa pesquisa por aqui e temos como objetivo lançar um livro sobre isso.

No meio desse caminho, escrevi um artigo para a *Revista Rosa*, chamado *O não judeu judeu*. Nele, trabalho com a ideia de que, ao contrário do que Isaac Deutscher propunha, junto com uma série de outros autores do século XX, como Hannah Arendt, Zygmunt Bauman, Albert Memmi — essa corrente que trabalha com o dentro e o fora, do judeu-não-judeu —, aquilo que Memmi chamava de judaísmo¹ e judeidade como elementos diferentes.

¹ O judaísmo não constitui uma identidade homogênea nem de definição unívoca. Ao longo de sua história, tem sido compreendido de modo simultâneo — e por vezes tensionado — como religião, tradição cultural, pertenc

Neste artigo, com a forma de ensaio, foi a primeira vez que resolvi tratar a coisa em uma nova equação. Ao contrário do judeu que pode decidir ser não judeu e voltar a ser judeu, uma dialética da modernidade, de acordo com as demandas, as vontades e o contexto em que está envolvido, aqui no Brasil, com a ascensão de Bolsonaro, você começa a perceber que há não judeus que começam a determinar se você é judeu ou não. São não judeus que determinam se eles são judeus ou não, se você merece participar daquela comunidade político-ideológica.

Lendo esse artigo, os editores da Fósforo falaram: “Olha, gostamos muito, queríamos que você produzisse um livro sobre isso”. Só que é um livro que foi pego de maneira diametral, no meio do caminho. Estamos produzindo um livro que vai ser sobre o judeu imaginário na política brasileira, e depois um livro sobre o judeu imaginário na política do Norte Global, em que vamos discutir, aqui no Brasil, a própria ideia da judeidade, de um judeu vinculado à branquitude², à ideia de Brasil como um país do futuro — como uma noção de Brasil como país sem passado, cujo mito fundacional está no futuro. O judeu se estabelece nesta conjuntura a partir de uma gramática inversa da gramática de outros países. Vamos discutir um pouco sobre o fenômeno dessa produção de subterrâneo judaico, cristão-novo, que acaba se estabelecendo e se retornando após o crescimento da extrema direita. A ideia do judeu como primeira vítima da Inquisição, que vai ocupar o espaço do negro.

Tudo isso começa a alimentar muito a formação, o surgimento e o fortalecimento da extrema direita no Brasil. A noção de uma disputa de passados, de um projeto de passado. Nesse sentido, um projeto de passado tem a ver com o Brasil da branquitude, ao contrário do Brasil país do futuro. A noção de uma judeidade — ou de um judaísmo, melhor dizendo — subterrâneo, que acaba fortalecendo e produzindo a ideia de novas vítimas.

E um terceiro elemento, muito mais contemporâneo, é o elemento da Conferência de Durban. Começamos a ver que, na Conferência de Durban, surge o momento em que essa disputa sobre passados — negritude x democracia racial — acaba sendo colocada frente a frente. Uma disputa política por vítimas, uma vitimologia, acaba colocando frente a frente as duas referências fundamentais de vítimas do Ocidente: negros e judeus.

O que acontece na conferência é que há uma disputa interna em que Israel e os países da Europa negam a relativização do Holocausto que os países árabes estavam fazendo, no auge da Segunda Intifada, 2000, 2001. E eles se retiram da Conferência de Durban — Israel sai junto dos países europeus. Setembro de 2001. O mundo todo não estabeleceu um debate sobre Durban, principalmente os Estados Unidos, pois: setembro de 2001.

Agora, o Brasil lá foi muito importante. Produziu uma política de combate à desigualdade racial. Um outro Brasil surgiu a partir da Conferência de Durban em 2001. Um país em que você

cimento histórico e forma de identificação coletiva. É possível falar em judaísmo tanto como prática religiosa quanto como vínculo cultural ou identitário, o que explica a existência de judeus seculares ou mesmo ateus que, ainda assim, se reconhecem como judeus. Nesse sentido, mais do que a observância estrita de preceitos religiosos, o pertencimento judaico envolve dimensões subjetivas de identificação (“sentir-se judeu”) e sociais de reconhecimento (“ser considerado judeu”), atravessadas por contextos históricos, nacionais e políticos. Essa pluralidade identitária se manifesta de modo particularmente visível na diáspora — como no caso brasileiro — e ajuda a compreender tanto a diversidade interna da comunidade judaica quanto sua heterogeneidade política e cultural.

² Embora não explique o conceito em detalhes, é possível apreender, a partir da conversa e da leitura de seus textos, que Gherman entende o conceito de *branquitude* como um aspecto que vai além da categoria fenotípica, assumindo o símbolo de uma posição social e política construída historicamente no Brasil. Um campo de privilégio material e social constituído em uma sociedade racialmente hierarquizada.

começa a ter um ministério para discutir desigualdade racial, em um país que considerava, até então, que não existia racismo. Mudou tudo, mas mudou tudo a partir de uma certa memória do que aconteceu em Durban em relação aos judeus.

Nossa hipótese é que essa memória que se estabelece em relação aos judeus acaba os colocando como elemento utilitário, elemento funcional e simbólico, que desafia a lógica da racialização da sociedade. Estabelece uma relação profunda entre uma certa universalidade brasileira — a noção de que não há racismo — e, de outro lado, a racialização, o debate sobre raça. A dimensão simbólica da saída de Israel da Conferência de Durban pode não ter nada a ver com o que aconteceu no Brasil, mas, em termos simbólicos, passou a ser fundamental.

Este é o nosso debate. Nós achamos que este debate sobre a extrema direita no Brasil é muito influenciado por uma disputa de passados que é filha desses três elementos: brasilidade, noção do judaísmo como elemento subterrâneo no Brasil e, ajeitando isso tudo, a Conferência de Durban.

Então, de repente, Fósforo diz: “a gente quer que você escreva um livro”. Então, esse livro foi uma freada de arrumação. Eu falo muito sobre o meu lugar. Sou de uma família ambivalente, cheia de contradições identitárias, religiosa, secular, de esquerda e de direita, uma família profundamente vinculada às várias possibilidades de ser judeu, e fiz parte, quando jovem, de um movimento juvenil de direita sionista. Esse movimento produziu alguma coisa que ficou em meus ouvidos. Quando começo a perceber a ascensão dessa extrema direita antissemita, começo a reconhecer essas coisas.

O que esse livro me permite é que, para além do debate acadêmico no sentido estrito — sobre Durban, a inquisição, disputa de memória —, pude me colocar. Acho que esse foi o grande prazer que tive nesse livro. Quando escuto o que escutei em anos como 2017, 2018, acho que estou no olho do furacão, mas, mais do que isso, reconheço algumas coisas que vêm da minha formação judaica ortodoxa, de direita. Que nunca foi meu lugar de conforto, mas é um lugar onde tive uma formação identitária que não posso dizer que foi desprezível. Então, esse livro me permitiu parar um pouco a pesquisa, no sentido estrito da palavra, e estabelecer uma espécie de comunicação com o grande público sobre o que significou ser judeu na ascensão do bolsonarismo no Brasil.

Qual a relação da comunidade judaica com o bolsonarismo? Das muitas comunidades judaicas. Como Bolsonaro tentou capturar e cooptar essa comunidade, melhor dizendo? E por que, afinal, uma parcela significativa aderiu? Qual o papel da relação de Bolsonaro com Israel nesse ponto? Se há algum papel...

O primeiro ponto que acho importante é perceber, em uma perspectiva de estudos comparativos, o que acontece com as outras comunidades judaicas, em outros lugares do mundo, diante da ascensão de outros grupos de extrema direita. Se você pega o exemplo mais conhecido, Trump, que também estabelece uma relação profunda com uma Israel imaginária — acho que essa é a relação: Israel imaginária. Bandeiras, símbolos que colocam Israel como sendo a barreira contra o Oriente, o país das armas, por conta da ocupação — isso tudo, nos Estados Unidos, não garantiu que Trump tivesse mais de 20% dos votos dos judeus.

O mesmo aconteceu na Hungria. Viktor Orbán também tem uma relação profunda com a Israel imaginária, inclusive sendo aliado internacional de Netanyahu. Mas, mais do que isso, há

uma relação profunda e simbólica com essa Israel imaginária: de branquitude, de religiosidade no sentido moral, a ideia das armas. Ainda assim, lá também a comunidade judaica não aderiu a Orbán. Inclusive, houve acusação, por parte da comunidade judaica, de que museus teoricamente sobre o Holocausto seriam, na verdade, museus antissemitas.

Eu poderia falar da Áustria com Jörg Haider — foi um pouco anterior —, mas muitos dizem que a comunidade judaica não só não aderiu, como foi uma das responsáveis por Haider ter perdido a eleição, quando um sobrevivente do Holocausto fez uma denúncia na véspera das eleições sobre o risco da ascensão da extrema direita. Na Austrália, a mesma coisa. A comunidade judaica, com uma população parecida com a do Brasil, não aderiu ao projeto de extrema direita.

Na França, mais do que qualquer coisa, você teve dois candidatos de extrema direita, sendo que o mais extremista era, inclusive, judeu: Éric Zemmour. Mesmo assim, também lá, não há um apoio institucionalizado. Na França, a situação é um pouco mais complexa porque os judeus de origem magrebina acabam, eventualmente, votando na extrema direita. Mas, institucionalmente, não houve uma normalização da extrema direita, nem de Marine Le Pen, nem de Zemmour. É um tema à parte.

Eu poderia continuar e falar da Itália, mas a Itália já me deixa em uma situação complicada, porque talvez seja a única situação parecida com a do Brasil. Mas o que quero dizer é que, na grande maioria dos países, a situação é distinta da do Brasil. Ou seja, a relação do judaísmo — ou da comunidade judaica institucional — com a extrema direita tem muito mais a ver com o contexto brasileiro do que com o contexto judaico.

Aqui no Brasil, você tem uma realidade profundamente distinta da dos outros países, e o termo que uso no livro é “descolonização”. Bolsonaro tenta colonizar, efetivamente, os judeus brasileiros, a partir da noção tradicional, típica, do conceito de colonização. Ou seja, a ocupação e a utilização dos elementos do outro a partir da retirada do outro que incomoda. Estou falando de Frantz Fanon, do uso da coisa dos outros, mas da não aceitação dos outros, do outro como mal olhado. Acho que aqui está a grande referência do Brasil.

O que aconteceu no Brasil foi que, por vários motivos, por vários elementos da comunidade judaica brasileira, ela se deixou colonizar pelo bolsonarismo. E já digo de antemão: não só a comunidade judaica — os evangélicos também se deixaram colonizar pelo bolsonarismo. Os católicos também. Há uma espécie de bolsonarização de grupos religiosos-políticos específicos que tem a ver com essa colonização. Ou seja, padres que falam sobre direitos humanos são tratados como inimigos. Pastores que falam sobre a necessidade de entender Cristo como alguém que representa a liberdade são tratados como inimigos. Rabinos também.

Isso começou — e isso é muito importante — com o judaísmo no Brasil. Minha hipótese é que o judaísmo começou como uma espécie de plataforma de lançamento das relações desses grupos específicos. E por alguns motivos.

O primeiro motivo é que, estrategicamente, era importante para um candidato que tem uma história de elogio a Hitler, ao nazismo — e estou falando dos últimos 20 anos: discursos na Câmara dos Deputados, relações com grupos de extrema direita, elogios em entrevistas a Hitler, uso sistemático de teses negacionistas do Holocausto. Esse homem utilizou a plataforma de apoio da comunidade judaica para se higienizar. E se higienizou a partir da ideia de que falar sobre judeus e para judeus significa que ele não poderia ser antissemita ou nazista. Este é o elemento mais básico, em que você produz uma espécie de sequestro. Falei em colonização, agora vou falar em sequestro: você transforma as vítimas históricas do nazismo em reféns. Trabalha com a ideia de que não pode

ser inimigo deles porque eles estão ali com você — só que dentro de uma situação de sequestro. A palestra no Hebraica é fundamental para isso. Mais do que o que aconteceu naquela palestra, as fotografias dela são importantes — mas o que ele disse. Ele utilizou todas as referências possíveis. A fala mais importante à mídia daquela palestra foi a fala de que afrodescendentes — e ele usa “afrodescendentes” numa dimensão irônica, hipócrita do uso do termo pela esquerda — não podem nem procriar. Aquilo não deixa dúvidas: ele está falando sobre animalização do negro, a importância do negro sendo só uma, a dimensão da procriação, da escravidão — está tudo muito claro. Mas essa frase continua. E continua também de forma reveladora, pois, se é revelador transformar o negro também em elemento de procriação tal qual o negro escravizado, ou sua desumanização, nesta mesma frase, logo depois, Bolsonaro fala sobre hierarquia racial. Hierarquia racial, dizendo que há raças boas e raças ruins. Ele cita quais são as raças boas e ruins. Para ele, as boas são japoneses, italianos e alemães — não casualmente. E não cita, entre as raças boas, os judeus. Inclusive, durante uma hora e meia de fala no Hebraica do Rio de Janeiro em 2017, Bolsonaro não fala sobre judeus. Não cita judeus. Ele cita Israel, não judeus.

Aqui entra a sua segunda pergunta: o que isso tem a ver com Israel? Acho que é muito importante percebermos que isso tem pouco a ver com o Israel real. Suas contradições, suas ambivalências, suas dimensões identitárias em disputa. Isso tem a ver com uma Israel pacificada, Israel imaginária. Uma Israel que existe, mas que é parte do todo — não o todo.

O que Bolsonaro faz é transformar isso em Israel como o todo. Esse é o segundo elemento. O primeiro elemento é o pragmático; o segundo, ideológico — ou seja, você produz uma espécie de localização da parte como todo. Para isso, transforma o que não faz parte desse todo em “fora”. Então, transforma o judeu de fora, o judeu de esquerda, em traidor. Ser traidor é pior do que não ser judeu.

Acho que essa estratégia é muito importante. Os elementos do judeu imaginário estão dentro do bolsonarismo: branquitude, violência, a ideia das armas, uma muralha contra a expansão do Islã, a ideia do judeu como cristão, como elemento de cristandade, como elemento de religião. A ideia do judeu como ultracapitalista, da ausência de Estado, da situação de caos, da relação de todos contra todos. Isso tudo é muito importante para o bolsonarismo.

O que eu sempre digo é: a primeira noção, a relação pragmática, é importante, mas ela não dá conta de explicar tudo. O bolsonarismo efetivamente colonizou o judaísmo porque é importante para ele que aquele símbolo judaico seja dele — não dos judeus de esquerda.

O terceiro elemento, sobre o qual já falei, mas vou repetir rapidamente, é a utilização da religião judaica como plataforma de expansão para outras religiões. E aqui é o judaísmo como religião — não tem nada além de religião. Acho que o teste que Bolsonaro faz no Hebraica do Rio de Janeiro, e depois novamente em outros momentos, é um teste que ele vai refazer para outros casos, principalmente católicos e protestantes. É o que um antropólogo da Unicamp, Ronaldo Almeida, chama de “a religião de Bolsonaro”: a ideia de que a religião precisa ser colonizada e sequestrada pelo bolsonarismo. Acho que, nisso tudo, podemos usar o caso do judeu brasileiro como exemplo para entender esses três elementos: o elemento ideológico, mais complexo, sobre o qual falei mais tempo; o elemento estratégico, tático, de dizer “olha, não sou antissemita, pois tenho amigo judeu”; e um terceiro elemento fundamental, que é a transformação do judeu — uma comunidade pequena, branca, pouco relevante demograficamente — em espécie de modelo de funcionamento para outras comunidades religiosas maiores no Brasil, como católicos e protestantes.

Agora, não acho que estamos falando sobre sequestro onde o sequestrado não tem responsabilidade. Claro que tem. O sequestrado passou a ser parte do jogo. A institucionalidade judaica no Brasil normalizou o bolsonarismo, normalizou o candidato nazista que elogiava Hitler, abriu a porta do inferno. Hoje mesmo, na barca Rio-Niterói, houve outro caso de nazismo. Isso está acontecendo com frequência.

O que aconteceu?

Um homem resolveu fazer propaganda de *Mein Kampf* no meio da barca, dizendo: “liberdade de expressão”. Os judeus foram parte desse jogo, participaram dele. Isso tem a ver com Israel imaginária. Bibi Netanyahu utiliza Israel imaginária para permanecer no poder. O que é importante entender é que há aqui uma retirada do judeu de esquerda, progressista e/ou liberal.

E essa retirada é fundamental para fortalecer a ideia de que, para ser judeu, é preciso ser religioso, conservador e de direita. Religioso ortodoxo. A institucionalidade judaica normalizou Bolsonaro, utilizou Bolsonaro como parte da diversidade brasileira. Claro que Bolsonaro colonizou, utilizou, mas fez tudo isso com o auxílio luxuoso da institucionalidade judaica no Brasil.

Você falou sobre o Orbán. Fiquei pensando: é bem curiosa essa aproximação não só dos líderes — como você falou, todos eles tentam alguma aproximação com Israel —, mas do próprio país em si, um país historicamente antissemita como a Hungria, com toda a questão do Orbán com o próprio Soros, mas ao mesmo tempo flertando com essa Israel.

É que tem duas coisas diferentes. O sionismo vai explicar muito isso. O sionismo é transformação, e o sionismo revisionista, principalmente. Aquela ideia de Gramsci, de sociedade civil contra sociedade política, a noção das estruturas do Estado, a noção do governo e não da sociedade — essa percepção, no sionismo revisionista, é muito clara. Ou seja, a produção — e aí, se você quiser, pode voltar até Theodor Herzl, que é, em certo sentido, o pai do sionismo revisionista. Na verdade, não é — estou falando quase uma heresia —, mas Herzl pensa em termos que o sionismo revisionista vai pensar. Herzl não pensa em sociedade civil, até porque não tem como pensar nisso. Mas ele pensa no rabino que vai ser representante, no rei dessa monarquia constitucional, ele pensa nas estruturas de poder.

O que o sionismo trabalhista vai produzir é uma sociedade civil: estatuto, sindicato, associação de mulheres, kibutzim — uma outra coisa. Para além do governo, o que há é a sociedade. Os revisionistas não veem isso. Os revisionistas veem o governo, o poder, a força. Inclusive, porque o grande elemento do sionismo revisionista é a força. A força contra o inimigo.

Quando a extrema direita antissemita produz uma espécie de gramática pró-Israel, você tem dois elementos fundamentais que confundem o sionismo revisionista — ou, melhor dizendo, que são utilizados pelo sionismo revisionista.

Primeiro: o sionismo revisionista diz que não há futuro para o judeu na diáspora, por conta do antissemitismo. O que Orbán diz é a mesma coisa, então não há contradição. Não há futuro para o judeu na diáspora. Então, George Soros é um problema porque ele quer ficar na diáspora.

O segundo elemento é que o representante do Estado é o Primeiro-Ministro. E o Primeiro-Ministro é aliado de Orbán. Como não há sociedade civil no discurso sionista revisionista, não há o que se discutir. Assim, claro que você pode dizer “ah, mas você está sendo muito cínico”.

Ideologicamente, estamos falando de um movimento que flerta com o fascismo, que é o sionismo revisionista. Então, não temos muito com que nos surpreender. Eles creem que o judeu não tem direito de estar fora de Israel. A ligação positiva entre o governo de Israel e o governo de Orbán justifica a invisibilidade das outras situações. Entende? O antissemitismo não é uma questão para o sionismo revisionista, apesar de ser a única questão do sionismo revisionista. Ele não é uma questão porque Israel já existe, e a diáspora justifica a existência de Israel. É muito importante entendermos que essas estratégias são vinculadas a uma dimensão ideológica que não vê problema no antissemitismo na diáspora. É um não-problema.

Você analisa em profundidade, numa passagem do livro — até uma das maiores passagens — o discurso de 2017 de Bolsonaro na Hebraica. Você identifica, e eu estou de acordo, que é paradigmático. Não só para a comunidade judaica, mas para o próprio bolsonarismo em si. Um marco, quase um ponto de inflexão. Se você puder falar mais um pouco sobre o significado daquele discurso à comunidade judaica brasileira, principalmente a carioca, e para o bolsonarismo. Qual foi a sua importância? Como aquela noite marcou um ponto de inflexão na divisão da comunidade, que já vinha em crescimento, mas que ali teve um ponto de ruptura. O lado de fora contra o lado de dentro, bem simbólico.

Usado pelo Bolsonaro o tempo todo. Essa dialética de dentro e fora é a dialética fundamental do fascismo. Os que estão conosco e os que estão contra.

O Bolsonaro sai do armário naquele discurso. Eu lembro que há dois níveis do bolsonarismo. O primeiro nível é a superfície, o segundo o subterrâneo. Na superfície, Bolsonaro é uma espécie de programa de auditório. Nos anos 1980, tinha o programa do Chacrinha, que tinha uma referência que era jogar bacalhau. O que significa jogar bacalhau? Vai saber o que isso tem a ver com a estética dessa tradição de mídia popular dos anos 1980. Você pode imaginar o que significa. O que Bolsonaro faz é jogar bacalhau. As pessoas gritam: “mito, mito!”. E, quando ele “joga bacalhau”, ele estabelece uma relação que eu chamo de gramatical, de produção de um letramento fascista no subterrâneo. Então, enquanto ele fala o que pensa, o sincero etc., ele estabelece uma relação profunda daquilo que alguns autores vão chamar de “apito de cachorro” (eu não gosto dessa expressão, porque é mais do que isso, é um letramento). Por exemplo, isso estabelece a superação do Holocausto como exemplo paradigmático. Ou, pelo menos, o genocídio como momento paradigmático. A ideia de que não há racismo no Brasil e de que os brancos são responsáveis por tudo que os negros têm. A noção de uma recuperação da figura de Hitler, de elementos da gramática nazista mesmo: “o trabalho liberta”, “Brasil acima de todos”... A noção da transformação do Brasil em um país que deve ser militarizado no sentido mais radical e estável da palavra. A noção da ausência da sociedade civil como sociedade legítima. O negacionismo da ditadura, da história, do Holocausto — isso tudo está no subterrâneo.

O que conhecíamos de Bolsonaro era mais a superfície do que o subterrâneo. Não é desconsiderável a participação dele em programas de auditório, onde ele falava que, se tivesse “filho gay, iria dar porrada”. Isso na superfície. Enquanto, no subterrâneo, eventualmente você até pega uma coisa aqui e outra ali. Como a famosa entrevista no CQC — na verdade, são duas entrevistas —, uma com a Preta Gil, em que ele faz um comentário racista, mas que ainda está na superfície. É muito claro e muito objetivo. Mas, na mesma entrevista, ele faz uma declaração

de apoio a negacionistas do Holocausto que está no subterrâneo. Quero dizer com isso que não é muito compreensível, não é muito compreendido.

O que acontece na Hebraica é que essas duas coisas se juntam. A superfície e o subterrâneo se juntam. E o que era, até então, o candidato da galhofa vira um candidato com perspectivas claras de extrema direita. Ou seja, o bolsonarismo se transforma em uma candidatura de extrema direita na Hebraica. E ele só pode fazer isso na Hebraica, porque, se fizer em qualquer outro lugar, vai ser chamado de nazista. Ele não pode ser chamado de nazista, porque o nazismo é ruim.

É muito importante entender a importância da candidatura da Hebraica e a importância dos judeus para o bolsonarismo. Se não houvesse aqueles judeus batendo palmas naquele momento, talvez não haveria bolsonarismo como uma candidatura relevante. Você entende o que foi dito naquela palestra? Estamos falando sobre a pior palestra em termos de fala, em termos de extrema direita, em termos de racismo, que já vimos algum candidato fazer. E foi feito em um clube judaico. Com a participação efetiva da comunidade judaica. Isso é muito importante. A comunidade judaica que bateu palma para o Bolsonaro e decidiu excluir os que estavam fora (vale lembrar que a primeira manifestação pública contra o Bolsonaro também aconteceu na Hebraica).

Eu fico pensando: qual a legitimidade para que falemos de estudos do Holocausto hoje? Que a comunidade judaica proponha estudos? Não tem legitimidade. Porque, quando veio alguém falar de “raça pura e raça ruim”, eles bateram palma. Isso é muito importante. A importância da comunidade judaica no bolsonarismo, e diante de uma pessoa que falou de “raça pura e raça ruim”, e judeus do lado de fora da Hebraica dizendo que ele era nazista, a comunidade de dentro ficou com o nazista. Isso não aconteceu em nenhum outro lugar. Isso é muito brasileiro.

Não há, na história da comunidade judaica no Brasil, da institucionalidade judaica no Brasil, nenhum tipo de racha que chegue perto do que aconteceu em 2016, mas cujo auge foi 2017. Isso não há.

Pra terminar, só uma provocação: o judeu brasileiro funciona ao contrário do judeu americano, do judeu francês, do judeu húngaro, do judeu australiano, do judeu austríaco — estou pensando em alguns, mas poderia pensar em vários casos. Os judeus da Argentina, por exemplo, do Chile, também funcionam diferente. Ao contrário desses casos todos — no Chile, a situação é um pouco mais complexa, se quiser depois eu falo — os judeus do Rio de Janeiro funcionaram como Israel funciona. Ou seja, acharam que estavam, por serem brancos, pela dimensão da branquitude ser fundamentalmente uma dimensão organizadora do mundo no Brasil, donos do Estado. Tal qual o governo de Israel é dono do Estado de Israel. Se eu sou dono do Estado, posso apoiar o fascista, desde que seja de meu interesse. Se o Bibi Netanyahu diz: “olha, nossa situação aqui é uma, com Orbán é diferente e vale a pena estrategicamente apoiá-lo”, o que aconteceu aqui, por conta de uma relação da judeidade com a branquitude — e isso Bolsonaro oferece aos judeus: a branquitude, a entrada definitiva no clube dos brancos. Os judeus adoram, o grande tesão dos judeus é ser maioria. Isso Bolsonaro oferece. Maioria no sentido de comunidade da maioria. Isso aconteceu. Na perspectiva dos judeus que estavam dentro da Hebraica, os que estavam fora estavam traindo o judaísmo ao não quererem virar maioria. É muito importante a palestra na Hebraica, tanto para os judeus quanto para o bolsonarismo. É fundacional nos dois casos.

Você quer falar rapidamente do Chile?

O Chile tem uma situação muito interessante, embora as pesquisas sejam muito recentes. Você tem dois países que são muito parecidos na relação da comunidade judaica com situações-limite: Chile e África do Sul. No Chile, você tem uma situação de um setor da comunidade judaica que se transforma de maneira efetiva em resistente a Pinochet. E outro setor que se transforma em apoiador de Pinochet. O fechamento de movimentos juvenis de esquerda judaicos no Chile se deu pela comunidade judaica, tal qual ocorreu na África do Sul no auge do apartheid. O Dror foi fechado na África do Sul por conta de sua resistência ao apartheid.

Ao mesmo tempo, o Estado de Israel e a diplomacia israelense salvaram os judeus do Chile e da África do Sul da repressão do apartheid e do Pinochet. Hoje, a situação é muito parecida. Você tem setores da comunidade chilena que olham para a extrema direita, que foi a candidatura de contraponto ao Boric, o Kast, como uma alternativa melhor do que o discurso pró-Palestina do Boric. Aqui, um parêntese: não há comunidade palestina de imigrantes maior no mundo do que no Chile. A comunidade palestina é a maior comunidade imigrante do mundo palestino. Então é uma situação complicada em termos de conta eleitoral também. Mas Boric fez comentários que são, realmente, antissemitas. Então a situação é complexa, tanto no Chile quanto na África do Sul.

Na África do Sul, quando eu falo sobre branquitude, sobre brancos, a situação dos judeus que são brancos na África do Sul os coloca próximos de uma referência daqueles que veem os negros como futuros adversários e inimigos. São situações muito extremas. África do Sul e Chile, Pinochet e apartheid. É para entender com o que a comunidade judaica brasileira se pareceu: com a do Chile e da África do Sul.

Aliás, falando em comunidade judaica, falando em comunidade judaica brasileira, acho que vale a pena perguntar, pelo menos rapidamente, até pelo tema de seu outro livro, Identidades ambivalentes: o que significa ser um judeu brasileiro? O que significa a comunidade judaica brasileira, principalmente a carioca? Como as identidades, no caso o judaísmo brasileiro, se mesclam (aliás, no caso de qualquer judaísmo), se fundem e se sobrepõem? Quais as suas particularidades, idiosincrasias? No que ela difere ou se aproxima de outras comunidades?

Essa pesquisa é feita com uma parceira, Misha Klein, da Universidade de Oklahoma. A Klein sempre brinca que nós pesquisamos, pesquisamos e pesquisamos, para no final concluir que os judeus são brasileiros. E é basicamente isso, os judeus brasileiros são brasileiros. Mas são brasileiros muito brasileiros, tão brasileiros ao ponto de que as camadas brancas, urbanas, de classe média e classe média alta do Brasil apoiaram um candidato fascista, com tendências nazistas. Nada no judaísmo deles atrapalhou o apoio a Bolsonaro.

Se você me perguntasse isso antes, a resposta era uma. Agora, o que eu diria para você é que a identidade judaica do judeu brasileiro é lateral e acionada eventualmente. Mas ele é profundamente brasileiro. Aí ele pode ser liberal e judeu, conservador e judeu, de esquerda e judeu. Inclusive, as práticas institucionais judaicas têm muito mais a ver com as práticas com relação à política local do que qualquer outra coisa. O apoio que os judeus brasileiros deram a Bolsonaro, ou que os cariocas deram a Crivella, se justifica por um certo discurso pró-Israel, mas

principalmente por uma antítese a uma perspectiva de esquerda no horizonte, no caso carioca do Marcelo Freixo. Ou seja, o judeu brasileiro é profundamente brasileiro.

Só que, com Bolsonaro, a coisa muda de figura. Porque Bolsonaro coloca no centro do debate político brasileiro a ideia do judeu e de Israel. Você entende a diferença? O judeu e Israel passam a estar no centro do debate político brasileiro porque Bolsonaro os coloca, não porque eles se colocam. E aí os judeus no Brasil se convertem ao judaísmo do Bolsonaro. Inclusive os que são contra Bolsonaro, que se convertem a um judaísmo contrário a Bolsonaro. Quem coloca esse debate no centro do debate político nacional não é a comunidade judaica, não é a Federação Israelita, não é a Conib, é o Bolsonaro.

É uma situação diferente de qualquer outro lugar. É uma situação que parece com Trump, mas com ele isso não funciona. Quem coloca o debate judaico no centro do debate público brasileiro é o antissemita. Bolsonaro é antissemita sem sombra de dúvida. Mas ele faz isso utilizando referências positivas do judaísmo. E, com isso, ganha os judeus.

Eu acho que, até aqui, os estudos judaicos — e aqui me refiro aos meus grandes mestres, que me formaram em estudos judaicos no Brasil, como Bernardo Sorj, Monica Grin — são pessoas que trabalham com a compreensão do que é ser judeu em uma sociedade profundamente integracionista, profundamente vinculada a referências de brasilidade — a ideia de Brasil do futuro — e com baixa incidência de antissemitismo. Isso tudo perdeu o sentido. Agora nós temos uma sociedade muito racializada, um debate não integracionista, e não podemos mais falar que não há incidência de antissemitismo no Brasil. Não é mais baixa que nos outros países, cresceu no Brasil mais do que em qualquer outro lugar do mundo ocidental nos últimos cinco anos. Mudou tudo. É preciso refundar os estudos judaicos no Brasil.

Seguindo na chave do que você falou, sobre antissemitismo, é inevitável, em algum momento, perguntar sobre isso. O que aparece tanto em *O não judeu judeu* quanto em *Identidades ambivalentes* é a relação do judaísmo com o antissemitismo no Brasil. Como o antissemitismo aparece historicamente no país? E aqui falando desde sua maior aparição durante o Estado Novo, no Integralismo, etc., mas não só. Principalmente, na verdade, como ele aparece na Ditadura Militar? Você fala no livro, por exemplo — e eu concordo — que a Ditadura não teve como foco, como na Argentina, o antissemitismo, mas que teve alguma parcela, como no documento que você descobriu. Então, como esse antissemitismo aparece na Ditadura Militar? Como aparece em seu formato mais clássico em Barroso, nos Protocolos, etc.? E como ele aparece hoje?

São dois livros diferentes. Se não me engano, o *Identidades ambivalentes* é de 2018.

Acho que é de 2016.

2016. Antes de Bolsonaro. O outro livro é de 2022, depois de Bolsonaro. Eles são completamente diferentes na sua relação com o antissemitismo, mas completamente diferentes. Em última instância, o antissemitismo — acho um baita tema para voltar a ser pesquisado —, tal qual o racismo, é utilizado a partir de uma perspectiva funcionalista. Ou seja, a sociedade brasileira funciona a partir do racismo e do antissemitismo.

Nisso, há uma importante disputa de vítimas. Você falou sobre Getúlio, Maria Luiza Tucci Carneiro escreve *O antissemitismo na era Vargas* a partir de uma relação que tenta provar, por meio das famosas circulares secretas, que o Estado brasileiro era profundamente antissemita. Só que aqui há um problema. O Estado brasileiro ser profundamente antissemita e impedir os judeus de entrarem no país, ao mesmo tempo em que as sociedades judaicas brasileiras viviam com algum problema, mas — em comparação a outras sociedades judaicas nacionais, como a alemã, a italiana, ou até mesmo grupos negros —, nunca houve tantas sociedades judaicas no Brasil como na época do Estado Novo.

Apesar das circulares secretas, não houve, por assim dizer, um cessamento da entrada de judeus no Brasil. Ou seja, o antissemitismo como fenômeno popular não se produziu tal qual o antissemitismo como fenômeno político no sentido estrito. Por isso, a história política tem que se renovar. Porque a história política se estabelece a partir de análises exclusivas da dimensão oficial. Quando, na verdade, a história política sem uma dimensão de história social pode produzir uma certa ilusão. A ideia de que os acervos, os documentos e arquivos reproduzem uma espécie de mundo novo, ou o mundo que era, e que você pode visitar...

Na verdade, não era. Você tem perseguição aqui e ali, mas, se comparar isso com outros grupos imigrantes, também havia isso — e era muito pior. Não se sustenta a ideia de que o Brasil viveu uma situação profundamente grave de antissemitismo no Estado Novo. O próprio Gustavo Barroso, *Brasil, país dos banqueiros*, é uma expressão periférica até no Integralismo. Eu não posso dizer que a situação de antissemitismo no Brasil se estabelece de maneira dominante no Estado Novo. Há outras dimensões dominantes. O anticomunismo, por muito tempo, foi mais dominante que o antissemitismo no Estado Novo, por exemplo. Até o anti-integralismo, em outro momento, por exemplo, foi mais dominante.

As contradições são muito grandes nesse país. Tem que tomar um pouco de cuidado. Principalmente porque, na prática, se formos usar a noção de funcionamento da sociedade, você eventualmente tem problemas específicos em grupos específicos, mas os judeus — sua ascensão social — e isso exige um trabalho sociológico para descobrir o lugar do judeu na sociedade brasileira — não se deu *por conta* de ser judeu. Talvez você tenha sido impedido de entrar em um clube de elite por ser judeu, ou de ser general por ser judeu, mas, no dia a dia, isso não impedia você, você não se tornava vítima maior da violência policial por ser judeu.

Quem se transformava em vítima da violência policial por ser alguma coisa era o negro. As religiões perseguidas no Estado Novo eram as religiões afro-brasileiras, como o candomblé. A umbanda foi criada naquele momento por causa da perseguição ao candomblé, uma espécie de branqueamento da religião. Ou seja, quem estava sofrendo violência era o negro. O judeu não sofre violência por ser judeu no Brasil, não no cotidiano. Então eu teria um pouco de cuidado com isso.

Agora, há uma possibilidade de falarmos, tal qual o Silvio Almeida fala em racismo estrutural, em um antissemitismo estrutural. Isso, inclusive, independe dos judeus. É um judeu imaginário que organiza esse antissemitismo: Plano Cohen, a perseguição.

Essa é a primeira questão. Agora, a segunda questão — e eu tento falar sobre isso —: você tem alguns trabalhos, mas poucos, que falam do antissemitismo na Ditadura Militar brasileira. Muito poucos. E nenhum deles me convence. Eu passei anos achando que era um exagero. “Ah, porque Carlos Minc e Alfredo Sirkis, quando foram torturados, foram chamados de ‘judeus sujos’.” Eu garanto a você que as ofensas às mulheres, aos negros ou aos gays eram da mesma

ordem. Ou seja, se você transformar falas ditas na sala de tortura em determinação de antissemitismo, você vai descobrir que este é um país antissemita, racista, homofóbico. E é. Mas você não pode usar isso como elemento determinante para caracterizar a Ditadura Militar. Não me convencia.

Até que eu começo a receber documentos. O que eu mostro no livro é um; nós temos centenas deles. Terá que ser feita uma pesquisa sobre isso em algum momento. A grande pergunta — e aí começo a entender que é o judeu imaginário, de fato — é se, no caso do Herzog, ele foi assassinado por ser comunista mesmo, ou se o componente judeu contribuiu. É um ou outro.

A partir desse documento, você começa a explicar, partindo da noção conspiracionista e antissemita clara, que há judeus de esquerda e eles são inimigos; por isso, devem ser perseguidos. Nisso, você tem elementos conspiracionistas, práticas absolutamente típicas do antissemitismo histórico. A localização de que os judeus comunistas fazem parte de uma conspiração judaica. Isso é reproduzido em vários artigos, em vários documentos que estamos achando. Então, pela primeira vez, eu tenho que dizer que havia elemento de antissemitismo no Exército brasileiro, na Ditadura Militar brasileira, e que tinha muito a ver com perspectivas conspiracionistas.

Essa é outra fundação. História é isso. Você vai descobrindo coisas para poder ter outros elementos da fundação do antissemitismo no Brasil. Tem que estudar isso.

Isso tem muito a ver com o governo Bolsonaro. A ideia dos judeus de dentro da Hebraica e de fora da Hebraica, do Exército — isso tudo fortalece a noção de que isso vem desde a Ditadura Militar. E esse Exército, que foi tão importante no governo Bolsonaro, que está sendo importante agora nessa maluquice (08/01), tem elementos antissemitas. Mas antissemitas com algum “cuidado”, antissemitas com judeus que estão do lado “errado”. Esses judeus — e aí a gramática usada é antissemita — são inimigos. Os outros, não. Isso é uma coisa.

A segunda coisa é que não há, nem na África do Sul ou no Chile, um caso em que se tenha mudado a lei judaica para punir um inimigo do regime. No Brasil, você tem pelo menos três casos em que se fala objetivamente da necessidade de mudar a forma de enterro de judeus de esquerda, para evitar problemas com o regime. Em um desses três casos, a vítima foi efetivamente enterrada como suicida, o que demanda uma nova perspectiva para lidar com a lei judaica. Refiro-me aqui a Lara Lavelberg. Isso é muito sério. Entre a lei judaica e o regime, no Brasil se escolhe o regime.

O Herzog só não foi enterrado como suicida porque alguém decidiu que ele não poderia ser. E ainda tentamos descobrir quem. O rabino Henry Sobel foi muito importante. Mas não foi ele. Teve alguém que decidiu não enterrá-lo assim, alguém de dentro.

Agora, você não tem um caso comparável na ditadura argentina — em que o número de judeus mortos é muito maior do que no Brasil. No máximo, você tem o caso de um rabino que não faz a reza de trinta dias. Mas aqui se fala de enterrar. Acho que aqui a gente pode trabalhar — e o que vou falar é um pouco polêmico, mas enfim, não há muito o que fazer além de falar o que a gente estuda — uma espécie de introspecção dessa perspectiva antissemita do regime militar para setores da comunidade judaica. Efetivamente, uma desjudeização de setores que não são “cômodos”.

Essa introspecção desse antissemitismo acaba se refletindo também com relação a Herzog. Herzog também passa a ser vítima dessa “polarização” entre apoiadores e detratores do regime militar. Mas isso não parou na Ditadura. Quando vemos o que acontece na Hebraica, na porta da Hebraica e dentro da Hebraica, você fala: “é a mesma coisa”.

Sobre esse antissemitismo no Bolsonarismo: como as entidades judaicas se posicionaram sobre casos paradigmáticos de antissemitismo no Bolsonarismo, principalmente o caso Roberto Alvim em 2020?

De maneira absolutamente generalista e sem cuidado, vou falar uma coisa que, se você pegar nas filigranas, pode ser que descubra outra, mas a preocupação da comunidade judaica depois da ascensão do regime bolsonarista no país foi também com a ascensão da esquerda.

Na primeira fase, eles estavam muito preocupados com o que chamaram de banalização do Holocausto. Ou seja, quando a esquerda acusa o que Bolsonaro está fazendo de nazismo, a acusação contrária é: vocês estão banalizando o Holocausto. A preocupação nunca foi com o nazismo.

Você afirma, com todas as palavras, que Bolsonaro não é apenas fascista, mas também nazista, o que lhe rendeu algumas rugas com membros e entidades da comunidade. Mas, para você, o Bolsonarismo é um movimento nazista ou Bolsonaro é nazista? Há uma diferença. Quais são suas aproximações ou diferenças?

A minha função como pesquisador do Bolsonarismo é escutar o Bolsonarismo. Eu tento não me furtar a escutar o que eles dizem. Eu não sei se o Bolsonarismo é um movimento. Sei que há bolsonaristas, mas não sei se o Bolsonarismo tem uma dimensão coerente de movimento. Acho até que não tem. A minha hipótese é que o Bolsonarismo seja um movimento de dimensão estética, como qualquer outro fascismo, mas que não produz uma dimensão autônoma no campo da ideologia.

Tenho escutado Bolsonaro falar nos últimos quinze anos da minha vida, e quem diz que Bolsonaro é nazista não sou eu, é o próprio Bolsonaro. O que posso fazer é apenas escutá-lo. Ele faz elogios a Hitler, e posso citar alguns casos. Na tribuna do Parlamento brasileiro, em duas oportunidades: uma vez dizendo que ele é uma referência, e outra querendo que os alunos do colégio militar possam homenageá-lo como paraninfo.

1995 ou 1996, ainda lá atrás.

Essa outra foi em 1991. É uma pessoa que se aproxima muito de políticas — e aqui você pode dizer que estou sendo subjetivo — de laqueadura obrigatória de mulheres pobres. Ele propõe que mulheres não possam parir, que se possa decidir quem pode e quem não pode parir. Uma pessoa que utiliza referências da gramática nazista, inclusive elogiando Hitler como grande chefe militar — sendo que, aliás, uma coisa que Hitler não foi, foi chefe militar. Depois, comentários em 2011, 2012, sobre negacionismo do Holocausto, citando autores negacionistas do Holocausto.

O bisavô que ele inventou...

Isso é depois, mas ele cita o David Irving dizendo que os judeus morreram por doença em Auschwitz. Depois, ele inventa o bisavô nazista, o que já revela o desejo de se aproximar disso. Depois, o bisavô vira fascista. Eu e você, se alguém vem na rua fantasiado de Hitler, fugimos; ele

abraça. As motocicletas. O slogan “Brasil acima de tudo”, que ele traz dos paraquedistas para a campanha, mas que tem uma referência ao nazismo.

Quando Alvim chega, ele não vem do nada. Ele vem desse contexto. Quem está dizendo que Bolsonaro é nazista não sou eu — isso é importante ressaltar —, é Bolsonaro. O que eu tenho que dizer é o que Bolsonaro está dizendo, e ele está dizendo “eu sou nazista”. Quando digo que Bolsonaro é nazista, estou dizendo que setores importantes — 55% da população judaica deste país — votaram em um nazista. E isso não tem nada a ver com eles serem judeus; tem a ver com serem brasileiros. O judaísmo deles não impediu que votassem em um nazista. Como pesquisador, tenho que entender como um nazista articula elementos da direita liberal e se transforma no Presidente da República. Agora, quem diz que é nazista é ele. O que eu faço é dizer “ok, estou entendendo, estou escutando”.

O que a comunidade judaica faz com o Alvim? Entende aquilo como um problema individual. Mas ele foi demitido imediatamente depois. Você quer me convencer que o homem é Secretário Especial da Cultura, se fantasia de Goebbels, coloca fotografia, e o Bolsonaro não sabia disso? Ou isso não foi parte de uma estratégia, onde o Bolsonarismo é um elemento aglutinador dessas figuras?

Eu entendo a angústia quando falo que eles votaram em um nazista. Sou solidário a essa angústia. Mas parar de chamar Bolsonaro de nazista não resolve esse problema.

O que a comunidade judaica fez? Na primeira fase de Bolsonaro, estava preocupada com quem o estava chamando de nazista. Há um setor importante que foi tratado como inimigo. Eles estão fundando um Memorial do Holocausto, produzido por gente muito competente. Eu acho que não dá para falar sobre a história do Bolsonarismo no país sem falar sobre nazismo. Mas o inverso também é verdade. Tal qual, quando se fala sobre nazismo no Brasil, se fala sobre Getúlio e as circulares secretas, quando se fala sobre nazismo no Brasil, será preciso falar sobre Bolsonaro.

Concordo. Até aquela carta que a Adriana Dias descobriu recentemente.

Aquela carta ainda carece de uma peça: saber se Bolsonaro sabia que a carta havia chegado aos nazistas. O que sabemos é que os nazistas gostavam de Bolsonaro, o que, para mim, já é suficiente.

O protesto no vão do Masp...

Sim, teve o vão do Masp. Bolsonaro não foi à manifestação, mas os nazistas eram a favor dele. A pergunta é: isso não incomoda?

Pois é. Uma coincidência uma vez pode ser só uma coincidência. Duas, três, quatro, cinco, quantas?

A pergunta, até pouco tempo, era “em que lugar você estava durante a Ditadura?”. Acho que, nos próximos anos, para o judeu brasileiro, quando as pessoas começarem a perceber o que aconteceu aqui, quando a divisão política diminuir, a pergunta será: “quando isso tudo aconteceu, o que você fez?”.

Aliás, isso traz à baila outra pergunta: o quanto isso abre espaço para outro tipo de antissemitismo, que é o antissemitismo da esquerda.

O antissemitismo na esquerda é um problema enorme.

Aquela associação que se torna tão forte da comunidade judaica com o Bolsonarismo que se funde.

O antissemitismo de esquerda é tão grave que não precisa nem disso. Ele já existia antes. Ele incorpora a ideia de uma gramática anticapitalista utilizando o judeu como símbolo do capitalismo. A ideia daquilo que Losurdo chama de “uma estrutura imperialista”, como se o judeu tivesse uma característica intrínseca do imperialismo. Para você não ser tratado como algoz por nós, é preciso que você fale sobre Israel o tempo inteiro. Como se o cara que mora na Tijuca, no Rio de Janeiro, tivesse que saber opinar sobre Israel toda hora, do contrário, ele é sionista.

Essa fusão de antissemitismo com antissionismo.

Claro que tem antissionismo que não é antissemita. Mas esse tipo de antissionismo é antissemita. Eu acho que essa esquerda, que eu chamo de esquerda antimarxista, não precisa disso para ser antissemita. Mas eu acho que esses elementos vão fortalecer as estruturas antissemitas, sim. A batalha para silenciar a esquerda da comunidade judaica durante os anos Bolsonaro foi muito encarnecida e produzida pela direita na comunidade judaica. Eles não abriram concessão. Em nenhum momento eles tiveram dúvida. Isso vai ser utilizado para fortalecer o antissemitismo sem sombra de dúvida. Não que não existisse antes disso, mas eu acho fundamental que isso seja levado em consideração. O antissemitismo vai aumentar na esquerda por conta dessas referências. Inclusive hoje, a direita judaica tem dificuldade de entender que Bolsonaro é nazista. Talvez se ele apareça marchando com uma suástica no braço e o bigodinho, eles acreditem. Porque o bigodinho já rolou. Já rolou o cabelo. Já rolou tudo, só falta a suástica.

Você já leu um livro do Thomas Bernhard, *Praça dos Heróis*? Eu abro a dissertação falando dele. É exatamente isso.

O que falta? E aqui tem outra questão. O que o nazismo à la brasileira produziu foi a não necessidade da suástica. E isso é o nazismo estrutural. É tudo nazismo, só que não tem a suástica. Então não é nazista.

Nós temos casos no Brasil — como eu disse, o caso dos judeus não é um debate sobre judeus, é um debate sobre o Brasil — de como lidar com essa extrema direita nazista que não usa suástica.

Bom, acho que é isso. Obrigado pela conversa e um abraço.

Foi um prazer, um abraço.